

IMAGEM E AUTOIMAGEM NO BRASIL DO SÉCULO XIX: UMA ANÁLISE DAS “MEMÓRIAS” DE FRANCISCO PEDRO DE ABREU, O BARÃO DO JACUÍ

IMAGE AND SELF-IMAGE IN NINETEENTH-CENTURY BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE “MEMOIRS” OF FRANCISCO PEDRO DE ABREU, THE BARON OF JACUÍ

José Iran Ribeiro¹

RESUMO

Este texto tem por objetivo refletir sobre a imagem e a autoimagem retratadas por Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí, a partir da autobiografia que produziu, intitulada “As Memórias de Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí”. A importância da reflexão deve-se à necessidade historiográfica de compreensão mais aproximada sobre algumas figuras políticas do passado do Rio Grande do Sul que permanecem ainda pouco estudadas, apesar da importância que alcançaram em suas vidas. No caso, trata-se de um indivíduo com destacada atuação durante o século XIX, que participou dos esforços militares desde a Guerra dos Farrapos até a Guerra da Tríplice Aliança, tendo sido responsável por algumas das realizações mais notórias deste vasto contexto e que, normalmente, é representado como um anti-herói por diferentes versões. A análise se baseia, especialmente, em suas “Memórias”, mas também em documentos de época e na historiografia sobre o período.

Palavras-chave: Barão do Jacuí. Guerra dos Farrapos. Guerra da Tríplice Aliança. Autobiografia.

ABSTRACT

This text aims to reflect on the image and self-image portrayed by Francisco Pedro de Abreu, the Baron of Jacuí, from the autobiography he produced, entitled “As Memórias de Francisco Pedro de Abreu, o barão do Jacuí” (“Memoirs of Francisco Pedro de Abreu, the Baron of Jacuí”). The relevance of the reflection is due to the historiographical need for a closer understanding of some past political figures of Rio Grande do Sul that are still poorly studied, despite the relevance that reached in their lives. In this case, it is an individual with outstanding performance during the nineteenth century, who attended the military effort since the Ragamuffin War to the War of the Triple Alliance, having been responsible for some of the most notable achievements of this wider context and that normally is represented as an anti-hero by different versions. The analysis is based especially in his “Memoirs”, but also in documents from the era and in the historiography about the period.

Keywords: Baron of Jacuí. Ragamuffin War. War of the Triple Alliance. Autobiography.

¹ Doutor em História Social pela UFRJ. Mestre em História pela PUCRS. Licenciado em História pela UFSM. Professor no Departamento de Metodologia do Ensino, do Programa de Pós-graduação Acadêmico em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História da UFSM.

1 Breve inventário e contextualização inicial do personagem

Segundo os dados de Mário Teixeira de Carvalho, Francisco Pedro de Abreu nasceu e faleceu em Porto Alegre, respectivamente, em 23 de março de 1811 e em 7 de abril de 1891, aos oitenta anos. Era filho do português Pedro José de Abreu e da rio-grandense Caetana Maria de Abreu. O pai veio para o Brasil depois da morte dos genitores e “prosperou grandemente” no comércio. A mãe era natural de Triunfo e descendente de Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos (CARVALHO, 1937, p. 124-125). Alinhado Chico Pedro, também herdou o apelido Moringue ou Mouringue do pai, “Pedro Moringue”, e na descrição de Sérgio da Costa Franco – um dos poucos autores que lhe dedicou mais que um ou dois parágrafos – “ficou conhecido desde Porto Alegre [...] até à Fronteira Oeste e ao Uruguai, onde traficou e guerreou por conta própria” (FRANCO, 2006, p. 9).

Moringue tinha aos menos três irmãos, dois mais velhos e um mais jovem. Todos estavam envolvidos com a defesa da legalidade imperial nos inícios da Guerra dos Farrapos. Chamavam-se Antonio Pedro de Abreu, João Pedro de Abreu e Paulo Pedro de Abreu. Os quatro irmãos Abreu serviam como práticos ou vaqueanos na região de Porto Alegre. Auto intitulado paisano – definição antagônica à condição de milico ou militar profissional (GUAZZELLI, 1998) – nesse tempo Francisco liderava um grupo de cerca de dez homens dedicados ao combate de partidas republicanas, à reunião de cavalos e gentes, atuando como força de cavalaria, aproveitando-se do conhecimento que possuíam dos caminhos, esconderijos, pântanos, ilhas do delta do rio Jacuí, inclusive utilizando-se de transporte fluviais nas ações. Em janeiro de 1836, Francisco foi diplomado tenente da Guarda Nacional (ABREU, 1921, p. 23-24). Iniciava aí uma trajetória que, em menos de uma década, transformaria o paisano Moringue em um coronel da Guarda Nacional, agraciado com o título de barão do Jacuí – designação toponímica ao lugar em que realizou as ações que o notabilizaram – e várias comendas de ordens honoríficas por seus serviços prestados ao Império do Brasil na guerra contra os republicanos farroupilhas.

Apesar da importância que adquiriu, Francisco Pedro de Abreu ainda não recebeu muita atenção dos historiadores e quase não existem análises específicas sobre sua atuação, salvo a obra referida de Franco (2006). Em parte, isso reflete o papel fundamental que desempenhou lutando pelas forças do Império do Brasil durante a Guerra dos Farrapos. Pois, na medida em que esse movimento foi transformado na gênese da identidade regional gaúcha, tanto por algumas versões historiográficas (GUTFREIND, 1992; KLAFKE, 2011), quanto pelos entendimentos vinculados ao tradicionalismo gaúcho (OLIVEN, 2006), os defensores da legalidade imperial tornaram-se

mal vistos pelo entendimento da população e até mesmo por parte da historiografia acadêmica, mais preocupada em discutir sobre as lideranças farroupilhas. Nesse mesmo sentido, outros indivíduos de importante atuação na defesa do Império também não receberam maiores atenções dos pesquisadores. Por exemplo, Francisco José de Sousa Soares Andrea, o barão de Caçapava, e Antônio Elzeário de Miranda e Brito, importantes militares imperiais naqueles anos de guerra, também ainda não receberam maior atenção dos pesquisadores, apesar da contribuição que estudos sobre suas atuações significariam para a compreensão do contexto farroupilha.

De outra parte, a inexistência de estudos sobre a atuação desses homens deveu-se ao desinteresse dos pesquisadores em relação à história militar por várias décadas. Temática bastante tradicional, a história militar perdeu seu status devido à ampliação das preocupações e das abordagens historiográficas, que resultaram das críticas à ênfase factual e à linearidade das produções do gênero a respeito do passado do político, essencialmente relacionadas à construção dos estados nacionais. Recentemente, a história militar voltou aos círculos de debate, entretanto, transformada. Atualmente, caracteriza-se por ser uma abordagem interdisciplinar que não tem na guerra ou nos líderes militares seus objetos exclusivos, já não é mais tão atrelada à política e possui uma forte conotação antropológica (TEIXEIRA, 1995; Soares & Vainfas, 2012). Com essas características gerais, tem sido chamada de “Nova História Militar”. Perspectiva que no Brasil já rendeu vários frutos, especialmente a partir da coletânea organizada por Celso Castro, Vitor Izecksohn e Hendrik Kraay (2004)².

Sem perder de vista Francisco Pedro de Abreu, a carência de estudos a seu respeito também é resultado das animosidades e inimizades que construiu durante sua atuação como militar e político. Diferente de outras personalidades do passado do Rio Grande do Sul, Moringue não pode ser enquadrado com facilidade na construção de uma figura idealizada. O barão foi um dos grandes responsáveis pela manutenção e pelas vitórias das forças imperiais durante a Guerra dos Farrapos, sendo temido e respeitado pelas lideranças farroupilhas e criticado por muitos de seus camaradas. Dentre muitas ações, foi o comandante da força que aprisionou escravos militarizados do esquadrão republicano dos “Lanceiros Negros”. Um acontecimento que continua sendo um desacordo historiográfico, conhecido tanto como a “Surpresa de Porongos”, quanto como a “Traição” de Poron-

2 Para o Rio Grande do Sul, consultar Neumann & Grijó (2010), Possamai (2010), além de vários outros trabalhos autorais, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

gos³. Por sua importância Francisco Pedro de Abreu é referido em todas as obras sobre a Guerra dos Farrapos, mas as menções a seu respeito apenas reproduzem a imagem de uma liderança eficiente, temida e ardilosa.

A necessidade de refletir sobre militares proeminentes como Chico Pedro no contexto do Rio Grande do Sul está no fato elementar de que a região foi um território em que a guerra e a movimentação dos exércitos eram constantes e figuras desse passado guerreiro foram diretamente responsáveis pelos sucedidos. Muitos desses homens construíram fortunas e respeitabilidade por seus serviços nas lutas nas guerras de fronteira e alguns estudos têm demonstrado a complexidade da realidade social em que estavam envolvidos (VARGAS, 2007; FARINATTI, 2010).

No sentido desse entendimento, basta uma breve retomada da trajetória do barão para evidenciar características que não se ajustam ao modelo que durante muito tempo situou o perfil das lideranças político-militares daqueles tempos. Veja-se, Francisco Pedro de Abreu era filho de um comerciante urbano. A informação de que seu genitor prosperou no negócio indica que a família Abreu detinha posses. Algumas análises recentes têm destacado as vantagens financeiras obtidas por comerciantes na capitania e na província do Rio Grande do Sul, especialmente se envolvidos com os contratos de arrematação com o Estado (OSÓRIO, 2001; MIRANDA, 2009). Ainda que não haja registro de a família Abreu tenha participado de negócios do tipo, o contexto ajuda a explicar as possibilidades de um comerciante na região.

Entretanto, as características dessa origem não se ajustam ao entendimento generalizado de que o principal extrato político da província no século XIX era originário e estreitamente vinculado à campanha e às atividades pecuárias, como também não era um pobre aventureiro em busca de riqueza e prestígio. Além disso, inverte a lógica normalmente esperada dos homens destacáveis do Rio Grande do Sul nos oitocentos, pois sua folha de prestação de serviços ao Estado iniciou no espaço urbano e, só depois de alcançar significativa notoriedade, passou a agir também no interior da província e nas zonas de fronteiras, atividade com a qual angariou conceito e riqueza.

Talvez tivesse sido diferente se aquele contexto não fosse caracterizado por constantes mobilizações e enfrentamentos militares. Considerando especificamente a Guerra dos Farrapos, para além da construção folclórica e mítica do conflito, os dez anos de combates significaram mor-

3 O trabalho mais recente sobre os Lanceiros Negros e o Porongos pode ser consultado em Carvalho (2013).

tes, destruições, como também construções de patrimônios econômicos e influência social, rearranjos políticos, entre outras consequências que podem resultar de um conflito. Além disso, a Farroupilha também foi uma oportunidade de alteração das realidades sociais, algo sempre presente nas situações em que os parâmetros cotidianos que balizam a existência social necessitam ser reajustados, como acontece em geral nas guerras.

Várias análises têm destacado que as tumultuadas décadas iniciais do século XIX produziram transformações significativas nas sociedades do continente americano⁴. A variedade das abordagens permite dimensionar a riqueza da temática. Essa historiografia tem em comum o objetivo de analisar a construção de lideranças políticas e militares durante os conflitos decorrentes das guerras e das revoluções resultantes dos processos de independência e de luta pela definição da maior ou menor autonomia das regiões frente aos desejos dos Estados em construção centralizarem o poder político. Historiar a trajetória de Francisco Pedro de Abreu contribui nesse esforço, além de suprimir a lacuna historiográfica que é a ausência de um estudo a seu respeito.

2 Aspectos formais das “Memórias”

Francisco Pedro de Abreu viveu muito, por mais tempo que a maioria dos seus contemporâneos, e sua autobiografia relata em detalhes sua participação nos esforços da guerra contra os republicanos. Não há informação objetiva sobre quando o texto foi escrito. Inicia descrevendo os princípios dos esforços da luta contra os republicanos, mas o epílogo é pouco preciso. Ao final Francisco Pedro informa a patente e as graças honoríficas recebidas da seguinte forma: “O barão [...] é tenente coronel honorário com soldo da patente; dignatário da imperial ordem do Cruzeiro; oficial do mesmo Cruzeiro; Oficial da Rosa; cavaleiro do hábito de Cristo.” Esses dados podem levar a supor que as “Memórias” foram escritas antes de Francisco ser promovido a coronel, entre 1839 e 1844. Entretanto, o título de barão do Jacuí foi recebido somente em 1845. Portanto, nas “Memórias” não há exatidão entre a cronologia seguida no texto e ao menos alguns dos acontecimentos narrados.

As “Memórias” foram publicadas na primeira edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, de 1921, e a segunda parte na revista do trimestre seguinte daquele ano. Constitui o texto inicial do primeiro número da Revista, entre as páginas 02 a 44, sendo apresen-

4 Dentre outros, Schmit (2004), Fladkin (2006), Puigmal (2006), Mata (2008), Frega (2007), Di Meglio (2014).

tado como um documento, seguido de outros textos de autoria de alguns sócios do IHGRS sobre assuntos sem relação qualquer com o conteúdo das “Memórias”. A parte final, intitulada “conclusão”, foi publicada na última sessão da Revista do segundo trimestre de 1921, entre as páginas 166 e 208, precedida por textos igualmente não relacionados. (ABREU, 1921a e b).

Com esse tipo de publicação na revista, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul pretendia cumprir uma de suas principais missões, ou seja, divulgar documentos históricos considerados relevantes para a história do Rio Grande do Sul. Segundo Daniela O. Silveira, “a partir da seleção de fatos e de documentos, por meio da publicação de documentos, memórias e biografias, o Instituto definia o que era uma verdadeira fonte para a reconstrução da história do Rio Grande do Sul.” (2008, p. 69). Nesse sentido, o texto das “Memórias” é precedido de uma breve apresentação assinada por J. B. H. – provavelmente o sócio João Batista Hafkemeyer – em que é destacada a necessidade de evitar o esquecimento das fadigas e das façanhas de Francisco Pedro de Abreu, designado como “um dos mais ativos combatentes da legalidade, [pois] não houve talvez outro comandante que fizesse tanto prejuízo à causa da revolução”. A publicação é justificada pelo desejo de motivar que documentos existentes em acervos particulares sejam publicados para que se conheça mais das ações do barão do Jacuí e da própria Guerra dos Farrapos. Ao final, o mesmo J. B. H. informa que o texto havia sido guardado pelo único filho homem do barão, Pedro Brusque, que só autorizou a publicação após seu próprio falecimento, o que foi realizado quase trinta anos depois. A razão desta exigência não é informada.

O relato trata exclusivamente da participação do barão de Jacuí nos esforços de guerra contra os republicanos. O parágrafo inicial denota o sentido de todo o texto: “Francisco Pedro de Abreu sendo paisano entrou na primeira ação que as forças legais do Império tiveram no dia 31 de março de 1836, nas imediações do Arroio dos Ratos, contra o chefe dos rebeldes Bento Gonçalves da Silva, aonde ele deu provas de coragem.” Esse pequeno trecho resume o conteúdo das “Memórias”. Em linhas gerais, pode-se entender que são uma sequência cronológica de relatos sobre demonstrações de fidelidade à Coroa, valentias, capacidades diferenciais, desprendimentos, ferimentos recebidos em combate, comparações a outros oficiais menos competentes, sem que haja, por exemplo, alusões a derrotas sofridas, como a acontecida em abril de 1844, na localidade de Candiota. desfecho, que nas palavras do barão de Caxias, animou os farroupilhas a não aceitarem uma pacificação antes de 1845⁵ – ou a dificuldades não resolvidas pelas capaci-

5 Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Autoridades Militares, Maço 142, Rio Grande, 10/4/1844, brigadeiro Luis M. de Jesus, comandante do Rio Grande ao Presidente da

dades do barão.

Além disso, as fontes sugerem alguma intimidade familiar entre os irmãos Abreu, proximidades com alguns integrantes das forças sob seu comando, suspeitas de intrigas, entre outros assuntos. Afora as menções à patente e as comendas recebidas, no último parágrafo do texto é destacada a resignação do barão às ordens de voltar a Porto Alegre, depois de março de 1846, deixando sujeita aos ladrões uma propriedade do outro lado da fronteira de Quaraí, com trinta mil reses. Realça, dessa maneira, o que é entendido pelo autor como reconhecimento inferior aos prejuízos sofridos e aos trabalhos que realizou durante a Guerra (ABREU, 1921a, p. 22-208). Um destaque que enaltece e reforça o reconhecimento que Chico Pedro entendia ter merecido devido à qualidade dos seus serviços, ressaltando, assim, suas capacidades ímpares e inegáveis.

As características do texto das “Memórias” são marcantes e se assemelham às produções de outros participantes daquele mesmo contexto dos inícios do século XIX, apresentando versões dos acontecimentos, insinuando arranjos conspiratórios, atacando adversários, etc – veja-se os textos de Brito (1985), Marinho (1978), Oliveira (1986 [1842]), dentre outros. Diferencia-se, no entanto, por ser um texto cujo autor é alguém menos habituado com o uso das normas cultas de redação. Assim, pode-se inferir que foi escrita pelo barão sem a intervenção de um amanuense ou um revisor, ainda que boa parte do texto tenha sido redigida na terceira pessoa do singular e em algumas poucas vezes na primeira pessoa. O fato do redator não ser alguém muito experiente nas lides ortográficas deduz-se dos frequentes erros de grafia e dos vários trechos em que reproduz expressões usuais da oralidade. Por exemplo, quando deseja destacar que foi preterido no reconhecimento dos feitos que realizava, Moringue escreve entre parênteses: “os seguimentos destes feitos cada vez engrossaram a fumaça que fazia desfa[r]rar a ordens do dia, quando alguma aparecia muito escura” ou “ficando estas e quase todas as ações envolvidas no escuro da fumaça.” Ressalta ainda a inveja que causava entre muitos outros oficiais imperiais ao relatar: “consta que o marechal Barreto dissera que o capitão Abreu mostrava ser um oficial ativo e desembaraçado e que precisava puxar por ele e que lhe responderam que não convinha por então bem depressa ficariam debaixo das ordens dele.” (ABREU, 1921, p. 27-36-32).

O desencontro entre os dados factuais, alusões extemporâneas, severas críticas a autoridades imperiais, dentre outros questões, permitem entender que o texto foi escrito vários anos depois da Guerra dos Farras-

pos, apesar do relato estar limitado exclusivamente ao período. Portanto, as “Memórias” não são apenas uma descrição, mas um texto com objetivos mais amplos, que não são evidentes e deixam margem para interpretações diversas.

Aclarando as “Memórias” de Chico Pedro

Certamente que um documento como as “Memórias” é bastante parcial, talvez ainda mais que muitas outras fontes, haja vista o sentido apologético evidente desse autorretrato. Talvez por isso jamais tenha sido utilizado pelos pesquisadores do período de outra forma que não como uma fonte questionável, ainda que informativa. Mas há pouco sentido em simplesmente cotejar o conteúdo das memórias com outras fontes em busca de uma pretensa verdade. Diferentemente, é um documento que não deve ser desconsiderado, mas sim utilizado considerando suas peculiaridades na construção de reflexões possíveis, seja por seu caráter de autorretrato, seja por seu caráter político.

No sentido de refletir sobre a utilidade das “Memórias” para a reflexão sobre o passado do Rio Grande do Sul, não há como negar que se trata de um documento que apresenta várias possibilidades de análise. Uma dessas possibilidades é justamente entender as razões que motivaram o autor a produzir o texto, comparando-o com outras fontes se assim for indicado para uma melhor compreensão do conteúdo das “Memórias”. Num sentido geral, se forem utilizadas as informações factuais do documento ou os juízos de valor feitos pelo autor se pode tentar construir algumas inferências sobre o sentido e as motivações das “Memórias”.

Outro experimento mais objetivo pode ser comparar as datas em que o autor afirma ter recebido suas promoções militares, criando-se a possibilidade de averiguar a rapidez da ascensão hierárquica de Chico Pedro em relação a outros militares e melhor dimensioná-lo comparativamente aos seus contemporâneos. E ninguém se presta melhor à comparação que os próprios irmãos do autor. Isso é especialmente pertinente porque os quatro irmãos Abreu tinham a mesma origem social, atuaram numa mesma realidade local e, fundamentalmente, passaram boa parte da Guerra dos Farrapos servindo juntos. Esse é um primeiro exercício. Adiante se pode ampliar a comparação perfilando Moringue ao lado de outros oficiais rio-grandenses, inclusive alguns detentores de postos superiores ao seu, sujeitos possuidores de melhores redes de relação e originários de famílias social e financeiramente melhor situadas. Talvez analisando questões mais objetivas como estas acima, se consiga construir inferências sobre as motivações gerais de Chico Pedro. Então, vamos ao exercício.

Ao menos nos anos iniciais, senão por boa parte de sua vida, Chico Pedro dispôs da parceria de seus três irmãos nas ações que desempenhava. Todos estavam envolvidos com a defesa da legalidade imperial desde os princípios da Guerra dos Farrapos. Na época, o tenente de Milícias Antonio Pedro de Abreu comandava uma companhia de lanceiros, o tenente de Milícias João Pedro de Abreu era ajudante de ordens das forças de Caçapava e Paulo Pedro de Abreu tornou-se tenente da Guarda Nacional em 1837. Os quatro irmãos Abreu serviam como práticos ou vaqueanos na região de Porto Alegre. Como já informado, em 1836, intitulado-se paisano, Francisco liderava um grupo de homens dedicados ao combate de partidas republicanas, realizando trabalhos na defesa de Porto Alegre e engendrando ações contra os republicanos até se tornar um oficial inferior, quando recebeu o posto de tenente da Guarda Nacional.

Essas poucas referências sobre João e Antonio nos informam que tinham experiência militar antes do início do conflito (talvez por serem mais velhos, ainda que informações sobre suas idades não tenham sido encontradas), enquanto Francisco não passava de um guarda nacional sem graduação, assim como pode ter sido a condição Paulo, que parece ter sido o mais jovem dos irmãos Abreu. Francisco foi promovido tenente em 1836 e capitão em 1837, assumiu o comando do esquadrão da Barra nesse ano em substituição ao irmão João. É dessa época a primeira referência encontrada na documentação de origem militar sobre o então tenente Francisco Pedro de Abreu. Referia-se ao seu “comportamento, valor e coragem” frente ao inimigo⁶. Poucos meses depois, foi proposto para capitão, no mesmo documento em que seu irmão mais jovem, o sargento Paulo, é sugerido para ocupar o posto de tenente⁷. As propostas foram aceitas e, em 1838, Francisco recebeu a patente de major, posto que seus dois irmãos mais velhos só alcançaram pouco antes de 1843, sendo que Paulo foi promovido capitão por volta de 1839. João torna-se tenente-coronel até 1848⁸, mas Francisco foi promovido tenente-coronel em ainda em 1839 – destacado várias vezes por comportar-se “com a bravura e sangue frio que costuma”⁹ – e coronel chefe de legião da Guarda Nacional em 1844.

Essas informações estão sistematizadas no quadro abaixo.

6 AHRS, AM, M 126, acampamento, 28/1/1837, Marechal Jerônimo B. de Alencastro

7 AHRS, AM, M 126, Porto Alegre, 5/6/1837, Francisco das Chagas Santos.

8 Centro de História da Família da Igreja de Jesus Cristo dos Últimos Dias, Porto Alegre (Madre Deus), Micro-filme 1390970, livro 2, registro de batismo, 29/10/1848.

9 AHRS, AM, M 140, campo na Coxilha do Fago, 26/10/1843, coronel Francisco F. da F. P. Pinto.

QUADRO 1

Carreiras militares dos irmãos Abreu (1835-1848)

	1835	1836	1837	1838	1839	1843	1844	1845	1848
Antonio Pedro de Abreu	Ten Milícias	-	-	-	-	Maj GN	-	-	-
João Pedro de Abreu	Ten Milícias	-	-	-	-	Maj GN	-	-	TCel GN
Francisco Pedro de Abreu	Vaqueano Sd GN	Ten GN	Cap GN	Maj GN	TCel GN	- GN	Cel GN	Barão do Jacuí	-
Pedro Paulo de Abreu	Vaqueano Sd GN	Vaqueano/ Sd GN	Ten GN	-	Cap GN	-	-	-	-

Fonte: Abreu, 1921a e b.

Legenda: Sd (soldado), Ten (tenente), Cap (capitão), Maj (major), TCel (Tenente-Coronel), Cel (coronel), GN (Guarda Nacional)

O fato dos irmãos João e Antonio serem oficiais de Milícia – uma organização herdada do Brasil colonial, extinta a partir da criação da Guarda Nacional (RIBEIRO, 2005) – indica que eram mais velhos que Francisco. Chico Pedro não parece ter sido miliciano, pois nas vezes em que foi reconhecido como integrante de alguma organização do tipo consta apenas como guarda nacional. Ou seja, no início da Farroupilha, os dois irmãos Abreu mais velhos já detinham algum tirocínio nas lides militares ou, ao menos, eram mais experimentados que os jovens Francisco e Paulo, formalmente recém iniciados nos trabalhos das armas. Não obstante, com alguma rapidez, Francisco alcançou os mesmos postos ocupados por seus irmãos e os superou na hierarquia da Guarda Nacional.

É importante destacar que, pela lei de criação da Guarda Nacional, em 1831, os oficiais de Milícia poderiam ser incorporados na nova organização e que a maior parte dos postos da instituição deveria ser ocupada por indivíduos eleitos pelo voto dos guardas nacionais das unidades. A razão disso devia-se ao fato de que os guardas nacionais serem todos cidadãos detentores de direitos políticos, segundo o critério de renda da Constituição de 1824. Entretanto, no Rio Grande do Sul, as eleições deixaram de acontecer e os ocupantes dos postos passaram a ser escolhidos diretamente pelas autoridades provinciais antes de 1837 (RIBEIRO, 2005). Portanto, os designados podem ser entendidos como indivíduos que haviam demonstrado algum valor e conquistado a confiança dos principais mandatários da

legalidade imperial, ainda mais em Porto Alegre, centro administrativo da província. Dessa forma, também se pode concluir que muito rapidamente Francisco Pedro de Abreu destacou-se entre os demais, obtendo maior reconhecimento das autoridades provinciais que seus irmãos também envolvidos nos trabalhos de guerra.

Aí há uma questão interessante. Apesar de destacar em vários momentos a atuação de seus irmãos, sempre mencionados como valorosos e fieis cumpridores de suas obrigações na defesa da autoridade imperial, também merecedores de maior conceito, Francisco Pedro de Abreu não discute o fato de tê-los sobrepujado na hierarquia militar, nem destaca a rapidez com que ele próprio obteve os diferentes postos em relação ao tempo que Antonio e João alcançaram as diferentes patentes.

Parece óbvio que o contexto de guerra influenciou significativamente para isso. A necessidade de lideranças militares e o aumento dos efetivos militares imperiais durante a guerra fizeram com que as promoções ocorressem mais rapidamente que em outros momentos da história do Império (RIBEIRO, 2013). Em ocasiões como esta, indivíduos que obtivessem êxito, por exemplo, garantindo a proteção e o suprimento das populações, combatendo adversários, mobilizando efetivos, sustentando estruturas de poder e por aí afora, podiam ser recompensados de diversas formas e alçados a lugares sociais que não ocupavam anteriormente. Recebiam retribuições financeiras ou auferiam reconhecimento social por seus trabalhos. Então, ascender aos postos mais altos foi uma possibilidade aberta para todos. Entretanto, um dos critérios tácitos de seleção, e o mais importante deles, era a capacidade dos candidatos de vencerem adversários e de angariarem recursos necessários.

Todos os quatro irmãos Abreu detinham essas capacidades. Mas a rapidez da ascensão de Francisco na hierarquia é impressionante. O que faz pensar que se diferenciava inclusive de seus irmãos, talvez por demonstrar mais habilidades, mais iniciativa, mais comprometimento, mais inteligência, mais subordinação. Na falta de melhores evidências, a rapidez com que foi promovido aos postos que ocupou e dos freqüentes elogios encontrados na documentação, confirmam que Moringue demonstrou maiores capacidades que seus irmãos naquele contexto e isso foi reconhecido com notoriedade.

O cotejamento das promoções recebidas por Chico Pedro e seus comentários no texto deixam pistas que talvez as “Memórias” tenham sido escritas depois da Guerra da Tríplice Aliança. Essa inferência resulta do fato de Francisco Pedro de Abreu fazer várias menções a um contemporâneo que durante a Farroupilha não figurava entre as lideranças legalistas

mais proeminentes, mas que alcançou grande notoriedade durante a guerra contra Solano Lopes, José Joaquim de Andrade Neves. Foi justamente por sua atuação na frente de batalha que Andrade Neves recebeu o título de barão do Triunfo, sendo a vanguarda de inúmeros ataques às trincheiras paraguaias, morrendo em Assunção, no ano de 1869. Passamento que causou grande comoção em todo o Império (ANTUNES, 2008).

Em vários trechos das “Memórias”, Abreu afirma que, durante a Farroupilha, foi preterido de reconhecimentos em favor de Andrade Neves. Tais comentários permitem deduzir que Chico Pedro sentia-se profundamente ressentido pelo fato de alguém, que tinha como menos capaz, ter sido protegido e também receber promoções. Relacionando o conteúdo das “Memórias” e os sucedidos posteriores nas vidas desses dois militares, pode-se entender que, pelo fato de não ter recebido o mesmo reconhecimento que Andrade Neves, Francisco produziu o texto para demarcar seus serviços, destacar as incapacidades de Andrade Neves e as benesses recebidas por este nos primeiros anos de sua carreira. Assim, tinha por objetivo ajustar contas e reafirmar as qualidades do barão do Jacuí, em um tempo em que outros eram alçados à condição de heróis. Algo que, em seu entendimento, muito injusto. Reservemos o assunto por agora.

Considerando o destaque que Chico Pedro deu a Andrade Neves nas “Memórias”, é interessante também realizar a comparação das trajetórias de ambos, perfilando, então, dois importantes agentes da legalidade imperial. Essa comparação é relevante porque o barão do Jacuí e o barão do Triunfo eram originários de realidades sociais bastante distintas e desenvolveram suas carreiras em situações diversas, sendo o último, inclusive, mais velho. Comparando esses dois oficiais tem-se que Andrade Neves ingressou no serviço militar como 1º cadete aos 19 anos, jovem, mas nem tanto se considerados outros 1º cadetes na época (RIBEIRO, 2013). Essa forma de ingresso era comum aos filhos de oficiais militares e o pai de Andrade Neves era major. Quase um ano antes de Francisco Pedro de Abreu ser promovido tenente, Andrade Neves já era capitão do Exército Imperial, em 1836. Então, por razão não revelada por seus biógrafos ou encontrada na documentação¹⁰, Andrade Neves tornou-se alferes e dois meses depois major da Guarda Nacional. Permaneceu nesse posto até que reclamou ao pre-

10 Há um documento em que Andrade Neves manifesta seu descontentamento com a notícia que de havia sido reformado, apesar dos seus muitos anos de serviço. O documento não menciona se a reforma foi do serviço no exército, mas isso pode explicar a mudança para a Guarda Nacional. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, maço 130, Porto Alegre, 27/9/1838, José J. de. A. Neves. Neste mesmo ano, respondeu a um conselho de guerra como major da Guarda Nacional, do qual não existe notícia do resultado. AHRS, M 131, Porto Alegre, 27/9/1838, visconde de Castro.

sidente da província ser o único comandante de corpo que não havia sido promovido e, então, recebeu a promoção de tenente-coronel, apenas com um mês de diferença que Francisco Pedro de Abreu, que também recebeu a patente nesse ano, tempo em que era descrito como “digno certamente de toda a contemplação, por seu valor, discernimento e gênio empreendedor”¹¹. Sobre a ocasião, Abreu escreveu:

[...] mostrava-se interesse que o major José Joaquim de Andrade Neves comandasse o major Abreu sempre? E por isso com bastante força se mandou o d[it]o Neves buscar umas éguas e cavalos de um potreiro perto de Aldeia para sair ambos tenentes coronéis. (1921, p. 41).

Deve-se destacar que é possível encontrar manifestações elogiosas sobre a atuação de Andrade Neves¹². Entretanto, seus méritos, ou os méritos de Chico Pedro, não serão avaliados ou questionados nesta análise. O objetivo não é verificar se Francisco Pedro de Abreu tinha mais ou menos razão em seus registros, mas tentar entender o sentido do conteúdo não explícito nas “Memórias”.

Nos anos seguintes, Andrade Neves foi nomeado coronel da Guarda Nacional dois anos depois da Guerra dos Farrapos, em 1847 (ANTUNES, 2008). Enquanto Chico Pedro recebeu essa mesma patente ainda em 1844 e em 1845 foi titulado barão do Jacuí, depois retornou ao Exército, ocupando postos inferiores aos que detinha na Guarda Nacional. Os dados descritos estão sistematizados no quadro abaixo.

11 AHRS, AM, M 133, Porto Alegre, 2/12/1839, marechal de campo Thomás J. da Silva.

12 AHRS, AM, M 132, Porto Alegre, 3/8/1839, brigadeiro Felipe N. de Oliveira; maço 133, Porto Alegre, 7/12/1839, marechal Thomás J. da Silva.

QUADRO 2

Comparativo dos anos das promoções recebidas por Francisco Pedro de Abreu e José Joaquim de Andrade Neves (1826-1891).

	1826	1835	1836	1837	1838	1839	1844	1845	1847	1858	1868	1869	1870	1891
Francisco Pedro de Abreu	-	Sd GN	Ten GN	Cap GN	Maj GN	TCel GN	Cel GN	Barão	-	-	-	-	Brig Hon 1ª linha	Morte
José Joaquim de Andrade Neves	1º Cad 1ª linha	Cap 1ª linha	Alf/ Maj GN	-	-	TCel GN	-	-	Cel GN	Brig Hon 1ª linha	Barão	Morte	-	-

Legenda: Sd (soldado), Alf (alfêres), Cad (cadete), Ten (tenente), Cap (capitão), Maj (major), Tcel (tenente-coronel), Cel (coronel), Brig Hon (brigueiro honorário), 1ª linha (Exército), GN (Guarda Nacional).

Fonte: Carvalho, 1937; Abreu, 1921.

Considerando-se os momentos das carreiras desses dois indivíduos, mais uma vez, percebe-se que Francisco Pedro de Abreu ascendeu mais rapidamente na hierarquia dos postos da Guarda Nacional que outro prócer da luta contra os republicanos rio-grandenses, José Joaquim de Andrade Neves, apesar deste ser filho de um oficial, ter iniciado a carreira antes e na privilegiada condição de 1º cadete. Andrade Neves se distanciou na hierarquia de Francisco Pedro de Abreu depois do fim da Guerra dos Farrapos.

A carreira do barão do Jacuí fica estagnada depois de 1845. Esse marco coincide com a nova conjuntura de mobilização de efetivos militares imperais, dessa vez no Uruguai, que recebeu inicialmente o nome de “Califórnia”¹³, quando o barão de Jacuí passou a sofrer muitas críticas, inclusive da Corte, por liderar as ações que resultaram em mais uma invasão brasileira na antiga província Cisplatina. Sobre esse contexto as “Memórias” são breves, pouco mais de três páginas, nas quais Francisco historia rapidamente os prejuízos e os desrespeitos sofridos por proprietários brasileiros na fronteira¹⁴.

Anos depois, por ocasião da movimentação para expulsão das tropas paraguaias de Uruguaiana, o Cond’Eu referiu-se a Chico Pedro da seguinte forma:

[...] o barão [...] é pessoa extremamente simpática. [...] Agora a invasão estrangeira na sua província natal *fê-lo sair do seu retiro* [grifo meu]: foi ele que, percorrendo os diferentes municípios chamou às armas e organizou a maior parte da Guarda Nacional, que se acha reunida sob o seu comando. [...] todos sabem que, nos três exércitos aliados, não há oficial mais vigilante nem mais decidido do que o Chico Pedro, barão de Jacuí. (EU, 1981, p. 83).

13 As ações engendradas por grupos liderados pelo barão do Jacuí foram iniciadas em 1849 sob o argumento de defender proprietários brasileiros que estavam sendo atacados por forças uruguaias em suas propriedades dos dois lados da fronteira com o Uruguai. Um dos principais objetivos dos agressores era passar o gado oriental para suas estâncias no Brasil, iniciativa apoiada pela população da fronteira rio-grandense, apesar atrapalhar as iniciativas políticas do governo central, que acabaram sendo chamadas “califórnia”, em alusão a corrida do ouro ocorrida nos Estados Unidos um ano antes.

14 Em suas palavras “esta próxima cruel cena, agitou de tal maneira os brasileiros, que deliberaram de fazer conhecer e respeitar [o coronel uruguaio Diego E.] Lamas a lei e a dignidade do Imperador [...]”. Para isso formaram reuniões, elegendo para comandante delas o barão do Jacuí, como um dos mais prejudicados, o qual anuiu a bem de sustentar a boa ordem a bem da província, do Império, e não brotar alguma arbitrariedade, em tais forças”. (Abreu, 1921b, p. 205; 207).

Não foram encontradas as razões que motivaram o mencionado “retiro” de Francisco Pedro de Abreu. Contudo, relacionando os sucedidos nas “Califórnicas” e a falta de novas promoções, mesmo que nesse intervalo de tempo Moringue tenha participado das ações no Uruguai, em 1851 e 1852, pode-se deduzir que o barão do Jacuí deixou de contar com a confiança das autoridades provinciais por agir em desacordo aos interesses da Corte. Assim, as saudadas iniciativas ousadas no contexto da Farroupilha tomaram-se autonomia excessiva e de indisciplina em um contexto em que não havia guerra ou inimigos declarados.

E não ficou apenas nisso. Apesar do reconhecimento público da colaboração que prestou nos esforços de mobilização de tropas e da simpatia despertada pelo barão no esposo da herdeira do trono imperial, Francisco Pedro de Abreu não teve oportunidade de participar dos eventos mais importantes daquele contexto no cenário da guerra. Enquanto o grosso das tropas imperiais era enviado para lutar contra as forças de Solano Lopes no Paraguai, o barão permaneceu no Rio Grande do Sul responsabilizado pela defesa da província, coordenando efetivos menos capacitados, no caso improvável de novos ataques ao território brasileiro. Ao final da guerra, em retribuição aos serviços prestados, Andrade Neves recebeu o título de barão do Triunfo com grandeza. Ou seja, Chico Pedro ascendeu à condição de brigadeiro honorário do Exército, mas não foi agraciado com outro título.

Talvez aí estejam às razões das críticas que o barão do Jacuí fez especialmente as graças e reconhecimentos recebidos por Andrade Neves. Se isso está correto, os comentários desabonadores a respeito do barão do Triunfo nas “Memórias” foram escritos muito tempo depois de 1839, quando ambos foram promovidos tenente-coronéis, e não em função desse contexto, mas sim do que aconteceu durante a guerra da Tríplice Aliança. Aliás, não há indícios de que durante os anos da luta contra os republicanos Abreu e Neves tenham tido qualquer desentendimento. Antes o contrário. Inclusive atuaram juntos, sendo o primeiro era capitão e o segundo era major¹⁵.

Em função disso, é mais provável que esses julgamentos reflitam o desgosto de Chico Pedro com o fato de que Andrade Neves ter construído uma carreira de considerável sucesso nas forças imperiais até a Guerra contra Solano Lopes, quando faleceu, tendo feito parte do Exército Imperial na condição de oficial honorário em vários postos. Portanto, essas críticas podem ter sido uma manifestação de indignação contra a injustiça que entendia ter sido vítima, apesar dos serviços prestados durante a Guerra dos Farrapos, quando Andrade Neves não teve o mesmo destaque.

15 AHRS, AM, M 127, Porto Alegre, 26/7/1837, brigadeiro Francisco X. da Cunha; Ordem do Dia, Porto Alegre, 14/8/1837, major Antonio F. Lobo.

Pelo conteúdo das “Memórias”, pode-se entender que a mágoa do barão do Jacuí era grande. Ainda se referindo aos acontecidos durante as “Califórrias”, registrou na terceira pessoa do singular o seguinte: “descobriu o barão, toda a casta de traidores não só os seus patrícios brasileiros, como o mesmo Imperador”. Esse comentário é muito significativo. Parece confirmar que as “Memórias” foram escritas no final da vida do barão, portanto, depois da Guerra da Tríplice Aliança. Tempo em que Francisco Pedro de Abreu já não tinha mais nada a perder ou a esperar. Senão fosse assim, não haveria motivos para deixar registradas tão duras críticas a D. Pedro II e às autoridades militares da província. Isso talvez explique inclusive porque Pedro Brusque determinou que o texto só fosse publicado depois de sua morte. Afinal, como filho e herdeiro do barão, também poderia estar sujeito às consequências da resolução de dissabores do passado.

4 Para além das “Memórias”: esforço teórico de compreender uma autobiografia

No Brasil entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX houve um surto de produção e difusão de memórias, biografias e autobiografias devido às influências das produções de alguns países europeus. Na elite brasileira despertou certa preocupação em preparar para a morte que encerrava a velhice, sendo bastante comum a produção de testamentos, encomendas de missas e rosários, assim como poderia haver o cuidado de produzir avaliações sobre a vida (GOMIDE, 2009; MUAZE, 2008; COSTA, 2009). Nesse sentido, se as “Memórias” foram produzidas depois do final da Guerra do Paraguai (1864-1870), quando Francisco Pedro de Abreu já contava com mais de sessenta anos e, sendo uma autobiografia, o texto pode ser entendido como um instrumento cujo objetivo principal era edificar uma imagem definitiva do barão do Jacuí, rebatendo as críticas que recebera.

Como já destacou Benito B. Schmidt:

[...] escrever a própria vida não significa representar uma realidade pré-existente; muito mais que do que isso, significa criar a vida narrada e o próprio autor, já que implica selecionar, ordenar e hierarquizar experiências dispersas; conferir sentido ao passado a partir de um futuro já tornada presente; imprimir coerência e constância a múltiplas vivências que, no pretérito, tiveram pouca ou nenhuma ligação entre si; desenhar e dar ver, enfim, os contornos de um autor-narrador-personagem que assume a condição não apenas de protagonista da trama, mas da própria vida. (SCHMIDT, 2012, p. 233).

Entretanto, há outra possibilidade de entendimento. Se for considerado que o texto concentra-se exclusivamente em retratar um período limítrofe – relativo aos primeiros anos da trajetória militar do barão, correspondente à Guerra dos Farrapos – pode-se inferir que as “Memórias” foram produzidas logo depois do final do período em questão, senão alguns poucos anos depois, na sequência das incursões brasileiras no Uruguai, a partir de 1851, resultante, em grande medida, das “Califórnicas” lideradas pelo barão. Mas, então, o texto pode ter outro sentido. Como é sabido, Moringue era alguém cioso da sua autonomia em decidir estratégias e ações militares, como também era um homem que construiu sérias inimizades entre os antigos farrapos, assim como entre seus camaradas defensores da legalidade imperial (FRANCO, 2006; DORATIOTO, 2008; AHRIS, 1997). E o entendimento generalizado sobre as ações de Francisco Pedro de Abreu agravou sua má fama entre outros oficiais militares da época e os responsáveis pela administração dos assuntos políticos e militares da província.

Nesse sentido, pode-se concluir que o texto das “Memórias”, ao destacar as qualidades, os esforços e os sucessos do barão, teria o objetivo de contrapor críticas e julgamentos desabonadores generalizados, alguns para além da discordância sobre ideias e, inclusive, bastante enfáticos. No contexto que antecedeu as “Califórnicas”, o coronel Manoel Luís Osorio, responsabilizado por conter as ações do barão do Jacuí, escreveu a um amigo dizendo que fez o que havia sido possível “sem fazer disparar um tiro nos meus *desvairados* [grifo meu] patrícios” referindo-se ao grupo liderado pelo barão do Jacuí. (DORATIOTO, 2008, p. 93). Igualmente, o barão de Porto Alegre, que assim como Osorio não havia lutado ao lado dos farroupilhas, chamava Chico Pedro de “alucinado”. Em 1865, o antigo oficial farroupilha, coronel Manoel Lucas de Oliveira descreveu Francisco Pedro de Abreu como “louco”, que tinha “um caco de porongo na cabeça, e dali, de fato, lhe provêm esses acessos de loucura ou demência.” (FRANCO, 2006, p. 75).

Dessa forma, as “Memórias” podem ter sido produzidas não como escritura definitiva, mas como um registro para a lembrança de um contexto recente e que não deveria ser esquecido em contraposição aos comentários e entendimentos proferidos e difundidos por outros militares de prestígio na província. Ou seja, ao destacar a coerência de seus atos e os resultados de suas realizações, o autor da autobiografia assinalou a incapacidade e a falta de atividades dos demais (MENDONÇA, 2009).

Tenha sido escrita num contexto ou outro, a produção de uma autobiografia tem sentidos em si mesmo. A redação de memórias resulta na construção de uma autoimagem que aspira ser reconhecida publicamente.

[...] trata-se, pois, de um exercício de história da memória; memória aqui entendida como fenômeno coletivo cuja consolidação e perpetuação não deriva automaticamente da existência e permanência de uma ‘comunidade afetiva’, mas da participação ativa de atores sociais que – através de estratégias, suportes e construções narrativas variadas – intervêm no processo de constituição e formalização de recordações. (SCHMIDT, 2009, p. 42).

Documentos como as “Memórias” do barão de Jacuí são fontes bastante interessantes por terem sido produzidos com o objetivo de registrar e de divulgar uma versão sobre uma versão própria do passado. Entretanto, o caráter das “Memórias” não pode induzir que tratemos o personagem também de forma excepcional, especialmente porque foi justamente esse o objetivo do autor. Como alerta Schmidt (2012), tomar a ideia de excepcionalidade como instrumento de análise significa distinguir o personagem retratado de seus contemporâneos, atribuindo a estes últimas características de “normalidade”, ou seja, comuns.

Por meio das “Memórias”, Francisco Pedro de Abreu fez o que podia no sentido de tentar consolidar uma autoimagem de si em contraponto a imagem construída por seus detratores. Talvez esperasse que a ela se juntassem testemunhos e reconhecimentos públicos de suas realizações e que a soma dessas memórias fosse maior que os entendimentos que não se ajustassem à imagem que tentava consolidar. É interessante considerar que, de certa forma, o trabalho do historiador que se dedica ao estudo de biografias ou de autobiografias contribuiu para que a vontade do autor da autoimagem parcialmente se realize, ainda que um e outro tenham objetivos distintos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Francisco Pedro. “Memórias de Francisco Pedro de Abreu, barão de Jacuhy” In: *INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 1º e 2º trimestres, ano I. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso & Cia – Livraria do Globo, 1921a e b.
- ANTUNES, Deoclécio de Paranhos. *Andrade Neves: o vanguardeiro!* 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.
- ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. *Diário Coronel Manoel Lucas de Oliveira 1864/1865*. Porto Alegre: EST, 1997.

- AVELAR, Alexandre & SCHMIDT, Benito B. (Org.). *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA GUERRA. *Ofícios do barão de Caxias (1842-1845), como presidente da província do Rio Grande do Sul e comandante em chefe do Exército em operações contra os farrapos*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1950.
- BRITO, F. de S. *Memória da Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1985.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Nas fronteiras da Liberdade: experiências negras de recrutamento, guerra e escravidão (Brasil Meridional - 1830-1850)*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro (Programa de Pós-graduação em História Social), 2013.
- CARVALHO, Mário T. de. *Nobiliário sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1937.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor & KRAAY, Hendrik (org.). *Nova História militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- COSTA, Marcelo T. da. Entre a precocidade e o silêncio: a “escrita de si” cristã – os casos de Thomas Merton e Alceu Amoroso Lima. In: GOMES, Angela C. & SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- DI MEGLIO, Gabriel. *Manuel Dorrego: vida e muerte de un líder popular*. Buenos Aires: Edhasa, 2014.
- DORATIOTO, Francisco. *General Osorio: a espada liberal do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: USP, 2009.
- EU, Luis Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde d'. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: ITATIAIA/ São Paulo: USP, 1981.
- FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: UFSM, 2010.
- FRADKIN, Raúl. *La historia de una montonera: bandolerismo y caudillismo en Buenos Aires, 1826*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2006.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *As “califórnicas” do Chico Pedro*. Porto Alegre: Martinis Livreiro, 2006.
- FREGA, Ana. *Pueblos y soberanía en la Revolución artiguista: La región de Santo*

- Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.
- GUZZELLI, César A. B. *O horizonte da província: a República rio-grandense e os caudilhos do rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro (Programa de Pós-graduação em História Social), 1998.
- GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- GOMIDE, Bruno B. Monte Castelo em dezembro: a guerra em surdina de Boris Schnaiderman. In: GOMES, Angela C. & SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- KLAFKE, Álvaro Antonio. *Antecipar essa idade de paz, esse império do bem*. Imprensa periódica e discurso de construção do Estado unificado (São Pedro do Rio Grande do Sul, 1831-1845). Porto Alegre, Tese (doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Programa de Pós-graduação em História), 2011.
- LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos & abusos da História Oral*. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MATA, Sara E. *Los gauchos de Güemes: Guerras de Independencia y conflicto social*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2008.
- MARINHO, J. A. *História da Revolução de 1842*. Brasília: Senado Federal, 1978.
- MENDONÇA, Joseli M. N. Abolicionismo e militância operária: construção da identidade militante de Evaristo de Moraes. In: GOMES, Angela C. & SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- MIRANDA, Márcia E. *A estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na província de São Pedro (1808-1831)*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: FAPERJ/ ZAHAR, 2008.
- NEUMANN, Eduardo S. & GRIJÓ, Luiz A. (orgs.). *O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

- OLIVEIRA, Saturnino de S. *Bosquejo histórico e documentado e negócios do Rio Grande*. Porto Alegre: CORAG, 1986 [1842].
- OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria F. B.; GOUVÊA, Maria de F. S. (orgs.) *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- POSSAMAI, Paulo Cesar. (Org.). *Gente de guerra e fronteira: estudos de história militar do Rio Grande do Sul*. Pelotas: UFPel, 2010.
- PUIGMAL, Patrick. *¡Diablos, no pensaba en Chile hace tres años!:* cartas inéditas sobre la independencia de Chile, Argentina e Perú (1817-1825), Joseph Albert Bacler D'Albe, estudio Biográfico y Prosopográfico. Osorno: Editorial Universidad de Los Lagos, 2006.
- RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: milicianos e guardas nacionais no Rio Grande do Sul (1825-1845)*. Santa Maria: UFSM, 2005.
- RIBEIRO, José Iran. *O Império e as províncias: Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro no contexto da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- RODRIGUES, Francisco F. *Santo Amaro, QG de Chico Pedro*: fragmentos da História Rio-grandense. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.
- SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- SCHMIDT, Benito B. “*Grades invisíveis para rebentar*”: memórias de um militante de esquerda brasileiro sobre as prisões argentinas (1975-1979). In: SCHMIDT, Benito B. & AVELAR, Alexandre (org.). *Grafia de vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.
- SCHMIDT, Benito B. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- SCHMIDT, Benito B. Nunca houve uma mulher como Gilda? Memória e gênero na construção de uma mulher “excepcional”. In: GOMES, Angela C. & SCHMIDT, Benito B. (org.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección en tiempos de guerra: sociedad, economía y poder en el Oriente entrerriano posrevolucionario 1810-1852*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

- SILVEIRA, Daniela O. “*O passado está prenhe do futuro*”: a escrita da história no Instituto histórico e geográfico do Rio Grande do Sul (1920-30). Porto Alegre. Dissertação Mestrado (História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Programa de Pós-graduação em História, 2008).
- SOARES, Luiz C. & VAINFAS, Ronaldo. Nova história militar. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- TEIXEIRA, Nuno S. A história militar e a historiografia contemporânea. In: A Defesa Nacional. *Revista de assuntos militares e estudos de problemas brasileiros*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, nº 768 – abr/mai/jun 1995.
- VARGAS, Jonas M. *Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Coleção ANPUH-RS. Santa Maria: UFSM, 2010.

Recebido em 24/06/2015

Aprovado em 07/10/2015